



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000180-74.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **DIEGO CORDEIRO DE OLIVEIRA**
Requerido: **Luis Fernando dos Santos Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

O autor alegou que dirigia uma motocicleta por via pública local e que ao passar por um condomínio foi surpreendido pelo réu que de lá saiu conduzindo outra motocicleta, de sorte que acabou por atingi-la na parte traseira.

Já o réu em contestação reconheceu que o evento teve vez quando ingressou na via saindo de um condomínio, ressaltando de um lado que sua motocicleta afogou e que, de outro, o autor em alta velocidade caiu quando tentava desviar.

As partes não manifestaram interesse em produzir provas orais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A dinâmica trazida à colação denota a responsabilidade do réu.

Isso porque ao sair do condomínio e ganhar acesso à via pública ele deveria tomar cuidado redobrado a fim de não obstar a trajetória dos que já pela mesma trafegavam.

Não foi o que sucedeu, porém, tanto que aconteceu a batida.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo analisando situação semelhante à posta nos autos definiu a existência de presunção de culpa para o motorista que realiza a manobra encetada aqui pelo réu.

Assim:

“ACIDENTE DE TRÂNSITO. Indenização – Acidente ocorrido no momento em que o veículo da ré avançava da saída do condomínio em direção à estrada em que seguia o autor com sua motocicleta. Presunção relativa de culpa da ré, por ter interceptado a trajetória da motocicleta do autor em via preferencial, não elidida. Lucros cessantes devidos. Ação parcialmente procedente. Recurso não provido” (Apelação nº 9220189-47.2009.8.26.0000, 33ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. SÁ DUARTE, j.18/04/2011).

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, valendo registrar que a presunção que milita em desfavor do réu não foi afastada por elemento algum.

Inexiste sequer um indício que leve à ideia de que o autor empreendesse velocidade excessiva à motocicleta que conduzia e tampouco que caiu ao tentar desviar da dirigida pelo réu, permanecendo a explicação desse isolada.

Bem por isso, patenteada a culpa do réu, deverá ele ressarcir o autor pelos danos materiais que suportou, os quais possuem apoio em documento não impugnado específica e concretamente.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.385,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2016 (época de elaboração do orçamento de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 11 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**